

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Prefeito apresenta projeto de regularização fundiária

Veículo: Em Tempo

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Última Hora

Página: 02

Prefeito apresenta projeto de regularização fundiária

Câmara vai auxiliar no processo de regularização fundiária de áreas urbanas e rurais já consolidadas, atuando nos processos jurídicos e administrativos envolvendo conflitos de imóveis

A proposta de criação de uma Câmara de Conciliação de Regularização Fundiária foi apresentada ontem (19) pelo prefeito de Manaus, Arthur Neto, ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Tjam), o desembargador Yedo Simões. A Prefeitura de Manaus tem como meta a concessão de 80 mil títulos definitivos na atual gestão e, a partir da criação do núcleo, que envolve diversos órgãos ligados ao assunto, será possível dar mais celeridade e desburocratizar o processo de concessão de títulos definitivos.

“A visita foi muito produtiva, acertamos que se crie uma Câmara de Conciliação para podermos, junto com a magistratura, fazer um projeto muito ambicioso de entregar uma grande quantidade de títulos definitivos. É a hora de deixarmos tudo em pratos limpos, em benefício do povo, principalmente dos mais humildes e que têm medo de perder o que já construíram”, destacou o prefeito.

A Câmara deve agir na tentativa de diminuir conflitos fundiários, visando à conciliação das partes envolvidas, auxiliando no processo de regularização fun-

diária de áreas urbanas e rurais já consolidadas, atuando nos processos jurídicos e administrativos envolvendo conflitos de imóveis que tramitam nas diversas esferas judiciais e do município de Manaus. O Tribunal de Justiça do Amazonas espera que os processos tenham mais celeridade em sua tramitação.

"A criação desse núcleo é importante, porque vamos retirar das Varas onde estão correndo processos judiciais conflitantes para, de forma conciliatória, resolver as questões e tirar esse conflito do judiciário, além de dar uma resposta a essas pessoas, para que tenham as suas casas, seus terrenos regularizados", informou o presidente do Tjam, Yedo Simões.

Estrutura

A Câmara de Conciliação deve contar com o apoio do Tribunal de Justiça do Amazonas

(TJAM), Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, Procuradoria Geral do Município (PGM), Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE), Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM), Defensoria Pública da União (DPU/AM), Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público do Estado do Amazonas (MP/AM), Ministério Público Federal (MPF), Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas (ANOREG/AM), Superintendência do Patrimônio da União (SPU/AM), Subsecretaria de Habitação e Assuntos Fundiários (SUBHAF) e Secretaria de Estado de Política Fundiária (SPF).

Com o apoio desses órgãos, em parceria com a Prefeitura de Manaus, será assinado um Termo de Cooperação Técnica com validade de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois, a critério das entidades participantes.

"Vamos assinar em breve um

Termo de Cooperação Técnica com todos esses agentes, para que possamos resolver essas questões de regularização fundiária no município de Manaus. A criação do núcleo dará celeridade e segurança jurídica para aqueles que estão executando o projeto. Essa situação traz uma cidadania para o posseiro, que vai ser dono do seu imóvel, que vai fazer o que quiser dele, como vender ou reformar, movimentando a economia municipal", ressaltou o subsecretário de Habitação e Assuntos Fundiários (Subhaf), José de Arimatéia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: MPF pede suspensão de leilão da Eletrobras

Veículo: A Crítica

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Tema do Dia

Página: A3

MPF pede suspensão de leilão da Eletrobras

REBECA ALMEIDA

politica@acritica.com

O Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM) recomendou a suspensão do processo de venda da Eletrobras Amazonas Energia, previsto para o dia 30 de agosto. O leilão da estatal, de acordo com o documento que o MPF enviou ao Ministério de Minas e Energia e ao BNDES, precisa esperar a conclusão do caso no Congresso Nacional e a liberação no Tribunal de Contas da União (TCU).

A recomendação foi expedida ao ministro de Minas e

Nada a declarar

Questionada pela reportagem de A CRÍTICA sobre a recomendação, a Eletrobras não se posicionou sobre o ocorrido. A estatal acrescentou que o leilão e seus desdobramentos devem ser tratados diretamente com o BNDES.

Energia, Moreira Franco, e ao superintendente da área de Desestatização e Estruturação de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES), Rodolfo Torres. De acordo com o documento do MPF/AM, ambos devem responder a recomendação até o dia 23 deste mês.

MOTIVAÇÕES

De acordo com o MPF/AM, o leilão deve ficar suspenso até a finalização das discussões sobre o Projeto de Lei 10332/2018 que tramita em caráter de urgência no Senado. O PL busca criar condições para que seis distribuidoras controladas pela estatal sejam vendidas por estarem enfrentando dificuldades financeiras e problemas operacionais. Na última terça-feira, o plenário

da Câmara dos Deputados concluiu a aprovação que viabiliza a privatização da Amazonas Energia e outras cinco distribuidoras controladas pela Eletrobras.

Amazonas Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia de Energia do Piauí (Cepisa) e Boa Vista Energia, de Roraima, são as seis empresas das regiões Norte e Nordeste que se encontram sem contratos de concessão vigentes e aguardam pelo leilão.

Além da tramitação do as-

Saiba mais

>> Preço Simbólico

Em fevereiro, a Eletrobras determinou a venda de cada distribuidora pelo valor simbólico de R\$ 50 mil, com a assunção das dívidas das seis empresas pela estatal. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que conduz a modelagem do processo de privatização, as seis distribuidoras atendem mais de 13 milhões de habitantes, em uma área de aproximadamente 2,46 milhões de km² (29% do território nacional).

sunto no Senado, o processo de desverticalização da empresa também se tornou um dos motivos para que a recomendação fosse expedida.

A desverticalização é a cisão entre as atividades de geração/transmissão e distribuição de energia e deveria ter ocorrido até o dia 2 de março, mas foi postergado devido a necessidade de negociações de dívidas com a Petrobras. No caso do TCU, a liberação depende do novo estudo sobre o impacto das deliberações e da alteração dos contornos e financeiros da desestatização da Amazonas Energia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Leilão de distribuidora esta confirmado para o dia 26

Veículo: Em Tempo

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 9

ELETOBRAS

Leilão de distribuidora está confirmado para o dia 26

Brasília (Agência Brasil) - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) confirmou ontem (18) que o leilão de privatização da Companhia Energética do Piauí

(Cepisa), distribuidora de energia da Eletrobras no Piauí, está mantido para o dia 26 de julho. A confirmação ocorre um dia após o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2),

desembargador André Fontes, ter suspenso a liminar que impedia o leilão de seis distribuidoras de energia elétrica, subsidiárias da Eletrobras.

Em comunicado publicado em

edição extra do Diário Oficial da União de hoje (18), o BNDES, responsável pelo processo, informou que os investidores interessados na Cepisa deverão entregar suas propostas econômicas pela empresa e documentos de habilitação na bolsa paulista em 23 de julho, entre 9h e 12h.

A liminar que suspendeu o leilão foi concedida no dia 12 de julho pela 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em ação ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), cujo mérito ainda será julgado pela

primeira instância. A decisão referia-se à fase de entrega de documentos pelos proponentes para habilitação no leilão. A Aeel pediu o cancelamento do processo licitatório com o argumento de que a venda poderia influenciar no preço do serviço prestado pelas distribuidoras. A associação questionou ainda a possibilidade de privatização produzir impacto negativo sobre a Eletrobras, uma vez que a empresa perderá patrimônio em razão da transferência do controle acionário das seis distribuidoras.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: No AM, 26 mil poderão sacar o abono 2016

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 09



NO AM, 26 MIL PODERÃO SACAR O ABONO 2016

Benefício O prazo, que terminou em 29 de junho, será reaberto em 26 de julho, e os trabalhadores terão até 30 de dezembro para retirar o dinheiro. Volume soma R\$ 19,5 bilhões

Da Redação com Assessorias
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

Mais de 26,9 mil trabalhadores que não sacaram o Abono Salarial ano-base 2016, no Amazonas, terão nova oportunidade. A reabertura do prazo foi autorizada na quarta-feira (11), em resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

O prazo, que terminou em 29 de junho, será re-

aberto em 26 de julho, e os trabalhadores terão até 30 de dezembro para retirar o dinheiro.

Vale lembrar que o pagamento do benefício referente ao exercício de 2017 também começará a ser pago no dia 26 de julho.

O valor do Abono Salarial 2016 disponível para os trabalhadores amazonenses chega a R\$ 19,5 bilhões.

É o segundo maior valor na Região Norte, onde o benefício poderá ser retirado por mais de 135 mil trabalhadores, totalizando R\$ 101,4 milhões.

Pendentes

No total, em todo o Brasil, são quase 2 milhões de trabalhadores que não sacaram o benefício, o que corresponde a 7,97% do total de pessoas com direito ao recurso. O valor ainda disponível chega a R\$ 1,44 bilhão. Este é o terceiro ano consecutivo em que ocorre prorrogação – no ano passado, essa mesma medida foi tomada. A reabertura do prazo atende um pedido dos representantes dos trabalhadores no Codefat.

O valor que cada trabalhador tem para sacar de-

pende de quanto tempo ele trabalhou formalmente em 2016. Quem trabalhou o ano todo recebe o valor cheio, que equivale a um salário mínimo (RS 954). Quem trabalhou por apenas 30 dias recebe o valor mínimo, que é R\$ 80.

Contemplados

Tem direito ao Abono Salarial ano-base 2016 quem estava inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos; trabalhou formalmente por pelo menos 30 dias em 2016 com remuneração mensal média de

até dois salários-mínimos; e teve seus dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Os trabalhadores da iniciativa privada devem procurar a Caixa Econômica Federal. A consulta pode ser feita pessoalmente, pela internet ou no telefone 0800-726 02 07. Para os servidores públicos, a instituição é o Banco do Brasil, que também fornece informações pessoalmente, ou pela internet e pela central de atendimento 0800-729 00 01.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Inadimplência atinge 61,8 milhões e é a maior da série histórica, diz Serasa

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 12

Inadimplência atinge 61,8 milhões e é a maior da série histórica, diz o Serasa

Cenário Em junho, as dívidas somaram R\$ 273,4 bilhões, com média de quatro por CPF, totalizando R\$ 4.426 por pessoa. Principais motivos são o ritmo lento da economia e o alto índice de desemprego

Agência Estado

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

O índice de inadimplência do consumidor cresceu 1,98%, em junho, na comparação com o mesmo mês de 2017, informa a Serasa Experian. O número de brasileiros inadimplentes no País atingiu

61,8 milhões em junho, o maior desde o início da série histórica, iniciada em 2016. No período, as dívidas somaram R\$ 273,4 bilhões, com média de quatro por CPF, totalizando R\$ 4.426 por pessoa.

Conforme a Serasa, alguns Estados do Norte, como Roraima, Amapá e Amazonas, apresentam uma taxa de inadimplência acima de 50% da população adulta.

O enfraquecimento do ritmo de crescimento econômico contribuiu para manter em nível elevado a taxa de desemprego e, conseqüentemente, a inadimplência do consumidor, explicam os economistas da entidade.

O montante de inadimplentes com faixa etária acima de 61 anos foi o que mais cresceu nos últimos dois anos, segundo a Serasa, embora não

seja o mais elevado. Em junho, 35% dos brasileiros com idade acima dessa idade estavam com contas atrasadas, um crescimento de 2,6 pontos percentuais em relação ao mesmo mês de 2016.

A faixa etária de pessoas inadimplentes continua sendo a dos adultos entre 36 e 40 anos, com 47,3%, embora tenha crescido menos do que a de idosos. Segundo a Serasa,

no Brasil, 40,3% da população adulta está inadimplente.

Apesar de as dívidas atrasadas com bancos e cartões de crédito terem a maior representatividade dentro do índice, a participação desse segmento caiu 1,5 ponto percentual na comparação com junho do ano passado. Já a parcela dos segmentos de serviços públicos, como telefonia, além de financeira, aumentou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: MPF recomenda suspensão do leilão da distribuidora Amazonas Energia

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 11

MPF recomenda suspensão do leilão da distribuidora Amazonas Energia

Posicionamento Recomendação foi encaminhada ao ministro de Minas e Energia e ao superintendente da área de Desestatização e Estruturação de Projetos do BNDES. O leilão está marcado para 30 de agosto

Da Redação com Assessorias

Redacao@diarioam.com.br

Manaus

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas expediu recomendação ao ministro de Minas e Energia e ao superintendente da área de Desestatização e Estruturação de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que suspendam o leilão da Amazonas Energia (Edital nº 2/2018-PPI/PND).

Para o MPF, o leilão da Amazonas Energia deve ser suspenso até a conclusão das discussões no Congresso Nacional sobre o projeto de Lei

nº 10.332/2018; a conclusão do procedimento de desverticalização da empresa; e a deliberação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sobre novo estudo fundamentado a respeito do impacto das deliberações e de eventual alteração dos contornos jurídicos, econômicos e financeiros da desestatização da Amazonas Energia.

O leilão estava marcado para o dia 26 de julho, porém, após guerras de liminares na quarta-feira (18), acabou marcado para o dia 30 de agosto. No caso específico da Amazonas Energia, a venda da distribuidora depende da conclusão da desverticalização da empresa, com a cisão entre as atividades de gera-



Definição Para MPF, há discussões legais e políticas que não foram concluídas

ção, transmissão e distribuição. A desverticalização, que deveria ter ocorrido até 2 de março, não foi concluída em razão da necessidade de ne-

gociações de dívidas com a Petrobras.

Ainda segundo a recomendação, a realização do leilão da Amazonas Energia

no momento atual ocorreria de maneira precipitada, em virtude de fatores como insegurança nos campos jurídico, econômico e financeiro, alegada ausência de autorização legislativa prévia para a realização do ato, decisões judiciais que determinaram em caráter liminar a suspensão do leilão e ausência de conclusão do processo de desverticalização da Amazonas Energia. Segundo o MPF, a soma de todos esses fatores acarreta, conseqüentemente, graves reflexos no processo de desestatização.

O Ministério das Minas e Energia e o BNDES têm até 23 de julho para responder sobre o acatamento da recomendação do MPF.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Em busca de conciliação fundiária

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A7

Prefeitura apresenta ao TJAM projeto para agilizar regularização fundiária em Manaus

Em busca de conciliação fundiária

A proposta de criação de uma Câmara de Conciliação de Regularização Fundiária foi apresentada na manhã de quinta-feira (19), pelo prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, ao presidente do TJAM (Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas), o desembargador Yedo Simões. A Prefeitura de Manaus tem como meta a concessão de 80 mil títulos definitivos na atual gestão e, a partir da criação do

núcleo, que envolve diversos órgãos ligados ao assunto, será possível dar mais celeridade e desburocratizar o processo de concessão de títulos definitivos.

“A visita foi muito produtiva, acertamos que se crie uma Câmara de Conciliação para podermos, junto com a magistratura, fazer um projeto muito ambicioso de entregar uma grande quantidade de títulos definitivos. É a hora de deixarmos tudo em pratos limpos, em benefício do povo, principalmente dos mais humildes e que têm medo de

Prefeitura de Manaus tem como meta a concessão de 80 mil títulos definitivos na atual gestão

perder o que já construíram”, destacou o prefeito Arthur Virgílio Neto.

A Câmara deve agir na tentativa de diminuir conflitos fundiários, visando a conciliação das partes envolvidas, auxiliando no processo de regularização fundiária de áreas urbanas e rurais já consolidadas, atuando nos processos jurídicos e administrativos envolvendo conflitos

de imóveis que tramitam nas diversas esferas judiciais e do município de Manaus. O Tribunal de Justiça do Amazonas espera que os processos tenham mais celeridade em sua tramitação.

“A criação desse núcleo é importante, porque vamos retirar das Varas onde estão correndo processos judiciais conflitantes para, de forma conciliatória, resolver as questões e tirar esse

conflito do judiciário, além de dar uma resposta à essas pessoas para que tenham as suas casas, seus terrenos regularizados”, informou o presidente do TJAM, Yedo Simões.

Estrutura

A Câmara de Conciliação deve contar com o apoio do TJAM (Tribunal de Justiça do Amazonas), Corregedoria Geral

de Justiça do Amazonas, PGM (Procuradoria Geral do Município), PGE (Procuradoria Geral do Estado do Amazonas), DPE-AM (Defensoria Pública do Estado do Amazonas), DPU-AM (Defensoria Pública da União), AGU (Advocacia Geral da União), MP-AM (Ministério Público do Estado do Amazonas), MPF (Ministério Público Federal), Anoreg-AM (Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas), SPU-AM (Superintendência do Patrimônio da União), SUBHAF (Subsecretaria de Habitação e Assuntos Fundiários) e SPF (Secretaria de Estado de Política Fundiária).

Com o apoio desses órgãos, em parceria com a Prefeitura de Manaus, será assinado um Termo de Cooperação Técnica com validade de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois, a critério das entidades participantes.

“Vamos assinar em breve um Termo de Cooperação Técnica com todos esses agentes para que possamos resolver essas questões de regularização fundiária no município de Manaus. A criação do núcleo dará celeridade e segurança jurídica para aqueles que estão executando o projeto.

Essa situação traz uma cidadania para o posseiro que vai ser dono do seu imóvel, que vai fazer o que quiser dele, como vender ou reformar, movimentando a economia municipal”, ressaltou o subsecretário de Habitação e Assuntos Fundiários (SUBHAF), José de Arimatéia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Demanda por bens industriais cai 8,3% após greve em maio

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A7

Demanda por bens industriais cai 8,3% após greve em maio

O Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais registrou queda de 8,3% em maio, na comparação com abril. Frente a maio de 2017, o indicador recuou de 6,4%. De acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o resultado pode ser explicado, em grande parte, “pelo efeito negativo da recente paralisação dos caminhoneiros sobre o nível de produção doméstica”.

O estudo foi divulgado hoje (19) pelo Ipea e está disponível no blog Carta de

Conjuntura.

Para o Ipea, os números não são tão bons quanto os esperados, mas a greve agravou bastante o cenário e teve impacto mais forte no mês de maio. A tendência, entretanto, é de normalização do indicador.

O resultado de maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado, foi similar à queda ocorrida na produção industrial em igual período (6,7%), revela a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, do IBGE (Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística). Tomando por base o resultado acumulado em 12 meses, a demanda por bens industriais segue registrando ritmo de crescimento mais intenso (3,9%) que o apresentado pela produção interna (2,9%).

A queda registrada em maio foi generalizada entre as grandes categorias econômicas. Os destaques negativos ficaram por conta dos segmentos “bens de capital” e “bens de consumo duráveis”: quedas de 14,6% e 22,6%, respectivamente.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: O dólar, a indústria e a velha desinformação.

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 20.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A5

O dólar, a indústria e a velha desinformação

No cenário da pós verdade e da notícia Fanta, a matéria publicada numa das mais antigas colunas da velha imprensa paulista – O dólar e a indústria – se mostra fora de todos os contextos, prevarica em todas as direções e se manifesta pela ausência de significados de suas ponderações. Sequer sabe que a ZFM não se instalou em 1957, se recusa a conhecer nossa realidade e se nutre do ouviu dizer e a escrever o que lhe dizem convém ao status quo da Indústria bandeirante. Lastimável e infame. Há uma desinformação perversa e mal intencionado no vetusto redator e em seu arcaísmo semiológico. Já não dá para levar a sério tanta leviandade e superficialismo. A pessoa em questão se recusou sistematicamente a debater a economia do Amazonas por

isso não lhe devotamos mais uma linha.

Narcisismo miserável

Há um conluio deletério em alguns setores de determinados conglomerados econômicos e acadêmicos do Brasil. Trata-se de um narcisismo imperial, não apenas na relação com Norte e Nordeste, tratados como brasileiros de segunda linha, mas contra tudo que não é espelho dessa vaidade sem propósito. Uma visão tosca que impede que se discuta o sentido da brasilidade em todas as suas configurações e ganhos para o país. Este CIEAM, desde 2013, tem buscado compreender o significado desta atitude preconceituosa em relação ao Amazonas, por exemplo, um Estado que migrou suas receitas para os negócios do

café quando a inépcia federal jogou na mão dos ingleses os negócios promissores da seringueira. Quem perde com essa bandalha são seus promotores, cada vez mais pilhados no esplendor de sua estupidéz num Brasil que lhes mostra seu fracasso todos os dias.

Manejo da arrogância de espécie única

Em fóruns recentes, em que se buscou olhar para a Amazônia como estão fazendo alguns contrarêneos como a USP, a FGV, o

INSPER, inserindo nossa economia nos acertos da equação sustentável de meio ambiente e desenvolvimento, alguns arau-

tos dessa velha canalhice se levantam contra a questão humana e social aqui presente. “Tem que deixar a floresta intacta” e fim de papo. Desconhecem que a própria ONU já recomenda pagamento aos países que protegem suas

Desconhecem que a própria ONU já recomenda pagamento aos países que protegem suas florestas

florestas. Na ótica desses arautos da arrogância floresta quem tem preço é a floresta plantada dos eucaliptos, na política flo-

restal da monocultura deletéria. Desconhecem o papel do manejo florestal, essa tecnologia amazônica que o governo japonês financiou no projeto CADAF. Sob a coordenação do INPA e da Universidade de Tóquio, sabemos mais da dinâmica do carbono e das vantagens socioeconômicas e ambientais do bom manejo. Eles, os bacanas exclusivos, abominam o que não é espelho...deles.

Gestão da Amazônia

A ZFM se instalou em 28 de fevereiro de 1967, no Governo Castelo Branco. Longe de ser bengala de quem se recusa a caminhar com inovação de ideias, este é o melhor acerto fiscal da história da República. Somos o Estado mais estudado na Universidade de São Paulo, e hoje 11 doutorandos do

Amazonas fazem o caminho contrário, e vão mergulhar na USP em seus acertos e avanços acadêmicos para formular – em parceria inteligente e promissora – a nova conjugação do verbo construir com pronome na primeira do plural. O desafio é a Gestão da Amazônia, um patrimônio da biodiversidade, a maior do mundo, que a indústria de Manaus ajuda a conservar, dando emprego e oportunidades para quem se deixa atrair pela depredação e difamação. Vamos todos passear na floresta, é bom à beça. Gestão da Amazônia é também uma Conferência Internacional, promovida pela dupla UEA USP – que vai reunir em Manaus, de 29 a 31 de Agosto os maiores especialistas da paróquia global em gestão e sustentabilidade, de verdade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Necessidade de soluções concretas para o problema do preço do asfalto une players do setor em reunião no Dnit

Veículo: CBIC Hoje

Data: 19.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/07/CBIC-HOJE-19.07.2018.pdf>

Necessidade de soluções concretas para o problema do preço do asfalto une *players* do setor em reunião no Dnit

Buscando uma solução conjunta para as questões da coleta de preços de materiais betuminosos do asfalto e da geração de índices de reajustamento, que têm gerado graves problemas econômicos às empresas com contratos no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, por meio da sua Comissão de Infraestrutura (COP), da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor) e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) se reuniram na tarde desta quinta-feira (19/07), em concorrida reunião, na sede do Dnit, em Brasília, com integrantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfaltos (Abeda), além do próprio Dnit.

“A reunião permitiu uma boa e oportuna discussão sobre os problemas conceituais e operacionais que vêm provocando sensível defasagem entre o custo dos materiais betuminosos e os índices que retratam a sua variação. A importância de reunir todos os elos dessa cadeia possibilitou a identificação de necessárias correções capazes de eliminar, ou reduzir bastante, tais defasagens”, destaca o presidente da COP/CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge.

Na proposta apresentada pelo coordenador do Núcleo de Índices Setoriais do Instituto Brasileiro de Economia

(Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), Gustavo Lôpo – resultado de convênio com o Dnit – o levantamento de preços passa a ser feito junto aos produtores e haverá a correta informação dos tributos incidentes (PIS/Cofins). “São as medidas mais imediatas que serão tomadas. Ibre/FGV também modificará a estrutura de cálculo dos índices, ampliando o número de indicadores mais específicos por produto. A reunião foi uma demonstração de unidade do setor e da urgência de soluções para os graves problemas que afetam nossas construtoras”, completa Lima Jorge.

Sobre a questão do reequilíbrio dos contratos, será agendada audiência com o ministro dos Transportes e as três entidades – CBIC, Aneor e Sinicon – para pedir que o Dnit assuma a imediata publicação da IS 2015 modificada, independentemente da tentativa de o executivo federal assinar decreto reduzindo a periodicidade anual dos reajustes.

A apresentação da FGV estará à disposição dos interessados no site da CBIC, na área da COP.

Mais noticias

CBIC

[CBIC Hoje NEWSLETTER 19/07/2018 / EDIÇÃO 6116](#)

Valor Econômico

[Juros futuros têm dia de leve alívio](#)

Amazonas Atual

[Dólar abre o dia em forte queda nesta sexta-feira, 20](#)



AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)